

## CONJUNTURA

# Risco de impacto nas contas

Em sessão no Senado que contou com o presidente do BC, Haddad afirma que juros em 13,75% levarão à desaceleração econômica

» RAFAELA GONÇALVES  
» VÍCTOR CORREIA

As pressões para a redução da taxa básica de juros colocaram o governo federal e os empresários no lado oposto ao do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. No debate "Juros, Inflação e Crescimento", no Senado, ontem, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) alertou para o fato de que a manutenção da taxa Selic em 13,75% pode levar a dificuldades nas contas públicas.

"Se a economia continuar desacelerando, por razões ligadas à política monetária, vamos ter problemas fiscais porque a arrecadação vai ser impactada", previu. Haddad não estava sozinho na pressão sobre Campos Neto. Tinha a seu lado a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), representantes do setor produtivo que participavam da sessão e até mesmo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — que defendeu a importância de se combater a inflação, mas reforçou o que dissera o ministro da Fazenda de que a taxa básica em 13,75% "pode ter efeito severo sobre o desempenho da economia".

Para Tebet, as ações do BC não podem ser apenas técnicas — como a manutenção da Selic em altos patamares. "São decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e atas", explicou. Para a ministra, o crescimento econômico e o controle da inflação não são excludentes. Segundo ela, enquanto o Executivo relaciona o desenvolvimento com a Selic, o BC a relaciona com a inflação. "Não há contradição nessas afirmações", frisou.

Campos Neto voltou a enfatizar que a decisão sobre os juros básicos da economia é "coletiva e técnica", tomada por um colegiado — o Comitê de Política Monetária (Copom) — que analisa os cenários para chegar a uma conclusão — a próxima reunião será em 2 e 3 de maio. Ele salientou que, apesar dos juros reais do Brasil estarem altos, "já foi muito mais alto".

"Inclusive, recentemente, o diferencial do Brasil em relação

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Apesar da cortesia no tratamento, Campos Neto e Haddad continuam em campos opostos. Ministro alertou que juros altos afetarão arrecadação

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Para Fraga, cálculo previsto no arcabouço fiscal "não fecha"

aos outros países está abaixo da média histórica. E da média recente", observou.

Mas, em breve aceno ao governo, Campos Neto reconheceu

as medidas que estão sendo entregues pela equipe econômica estão "no caminho certo". Para ele, também é preciso reduzir as renúncias fiscais.



**Se a economia continuar desacelerando, por razões ligadas à política monetária, vamos ter problemas fiscais porque a arrecadação vai ser impactada"**

**Fernando Haddad,**  
ministro da Fazenda

## Críticas

Na mesma sessão, o ex-presidente do BC, Armínio Fraga, fez duras críticas ao novo arcabouço

fiscal, que irá substituir o mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à inflação. "A aritmética não fecha, não é suficiente zerar o [deficit] primário. Digo isso porque, do jeito que as coisas andam, estamos arriscados a desembocar em um grande fiasco. E daqui a pouco abriremos outra vez a discussão sobre a nossa democracia", alertou.

Fraga criticou a ênfase nas receitas dada pelo arcabouço. "Até onde isso vai? A sociedade já sentiu que não dá para ir muito mais longe e falta espaço", duvidou. A proposta permitirá o crescimento dos gastos acima do índice de preços, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento real das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da inflação.

Sobre os juros, Fraga afirmou que o BC está sobrecarregado e precisa de ajuda para estabilizar a economia. "A taxa, de fato, é muito alta. Só não vê quem não quer", apontou.

## Site: ICMS na mesma guia

Estados negociam com a Receita Federal a inclusão do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na mesma guia de declaração simplificada que o governo federal fará para a taxação de compras feitas em plataformas de comércio eletrônico — como Shein, Shopee e Aliexpress. Com o acordo, os estados poderão fazer parte do plano de conformidade para a tributação desses produtos vindos do exterior — anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Quando o consumidor fizer a compra no site, no preço do produto exposto nas plataformas de venda pela internet já estará incluído o valor dos impostos federal e estadual. A negociação avançou, ontem, em reunião do secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, com representantes do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz). A ideia é de que uma minuta do modelo seja apresentada na próxima semana.

## Carga mantida

Em carta ao secretário da Receita, o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, comunicou oficialmente o interesse dos fiscos estaduais em integrar a iniciativa de Haddad de aprimorar as ferramentas de arrecadação das mercadorias importadas adquiridas via plataformas digitais. O diretor institucional do Comsefaz, André Horta, esclareceu que não há mudança na legislação tributária nem na atual carga tributária existente. "Não tem nenhuma diferença do que já se paga hoje", afirmou.

Para os secretários de Fazenda estaduais, a realização do lançamento tributário, via sistema eletrônico simplificado de emissão de guia, previamente ao desembarque da mercadoria no território nacional, é o caminho adequado para garantir que essas importações ingressem no país com o devido tratamento tributário. O programa de conformidade é optativo e será oferecido aos sites, os chamados "marketplaces" (mercado online com vários fornecedores), e às transportadoras.

Após o encontro, o secretário da Receita disse que, com o programa, haverá transparência na comercialização de produtos remetidos para o Brasil em favor do consumidor. "O anúncio do preço deve incluir os produtos incidentes sobre essa venda para que o contribuinte não seja surpreendido de que há um tributo além desse preço", afirmou.

## Para empresários, Selic estrangula produção

Representantes do setor produtivo que participaram da audiência pública no Senado, ontem, defenderam a queda imediata dos juros básicos da economia para retomada do crescimento. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, foi enfático ao afirmar que "as empresas não aguentam pagar esses juros que nós temos".

"É claro que a inflação não pode ser elevada. Todos nós concordamos com esse ponto. Nós também precisamos dosar esses

juros, presidente Roberto Campos [Neto], para que atenda, claro, as questões da meta de inflação, mas que também não prejudique o crescimento e o desenvolvimento econômico", cobrou.

O presidente da CNI argumentou que a indústria e outros segmentos da economia têm dificuldades de conseguir crédito com a taxa Selic atual. Segundo ele, o setor está tomando empréstimos a mais de 30%. Ele aproveitou, ainda, para criticar a falta de concorrência na rede bancária nacional.

"Não tem nenhuma atividade empresarial, industrial, que tenha capacidade de enfrentar uma situação dessas. O banco que faz um empréstimo nessas condições, se está pensando na rentabilidade das empresas, está indo na direção errada", declarou.

## Empobrecimento

O presidente da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, destacou que o impacto da Selic na indústria está fazendo o país "empobrecer".

"Não há negócio em condições de concorrência capaz de fazer frente a tamanho custo de capital. Com a perenidade dos juros altos, temos assistido ao empobrecimento do país", acusou.

Mesmo reconhecendo a importância do combate à inflação, o presidente da Fiesp acredita que o custo dos juros no país seja desproporcional. E chamou a atenção para a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB).

"O Brasil gasta com juros mais do que o gasto público somado

com saúde e educação. Não é aceitável um pouco mais de inflação para ter um pouco mais de crescimento, mas não podemos descuidar do denominador da relação dívida/PIB", afirmou.

Também estiveram presentes à sessão representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). (RG e VC)

## Tebet: renúncias não serão todas zeradas

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a atacar, ontem, o volume de renúncias tributárias, mas destacou que a reforma dos impostos sobre consumo não irá acabar com todos os regimes favorecidos. Segundo ela, em apresentação no debate "Juros, Inflação e Crescimento", "há algumas renúncias fiscais que são meritórias" — como o Simples e a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ela acrescentou que o Brasil precisa "de crescimento com produtividade e a reforma tributária tem esse objetivo". Questionada sobre o debate para se alterar as metas atuais de inflação, a ministra disse que não é algo que venha sendo discutido dentro do governo.

"Não discutimos metas de inflação. Essa é uma não conversa.

Só falaremos disso no tempo certo, no meio do ano", afirmou.

No encerramento do debate, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), repetiu apesar do alto patamar em que a taxa Selic se encontra (13,75%), isso não pode servir de argumento para o Congresso não cumprir seu trabalho em relação às reformas estruturais. Pacheco repetiu que o Poder Legislativo vai aprovar o arcabouço fiscal e destacou que é preciso fazer a reforma tributária.

"Sabemos que a redução dos juros tem que ser gradativa. Não pode ser algo abrupto, mas precisa ser feito. O motivo para não fazê-lo não pode ser que o Congresso não vai fazer trabalho, porque temos feito. Fiz apelo para o BC encontrar caminho para reduzir os juros no Brasil. Essa sessão

de debate é o que precisamos fazer para chegar nesse fim. Acreditado que todos que vieram aqui tem o objetivo de reduzir a queda de juros no Brasil", observou.

Na semana passada, em evento promovido pelo Lide em Londres, Pacheco fez um apelo semelhante para redução de juros com Campos Neto na plateia.

Usando o termo comum na política monetária, Pacheco disse que o Congresso "vai transformar expectativas em realidade concretas" com uma série de medidas que estão em pauta no Legislativo. Ele lembrou as medidas aprovadas por Câmara e Senado nos últimos anos, como o teto de gastos e as reformas trabalhista, política e da previdência. "Congresso tem compromisso com reformas e com segurança jurídica", garantiu.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Tebet disse que Simples e ZFM estarão fora da revisão das renúncias



**Sabemos que a redução dos juros tem que ser gradativa. Não pode ser algo abrupto, mas precisa ser feito. O motivo para não fazê-lo não pode ser que o Congresso não vai fazer trabalho, porque temos feito. Fiz apelo para o BC encontrar caminho para reduzir os juros no Brasil"**

**Rodrigo Pacheco (PSD-MG),**  
presidente do Congresso